

Em evento com ministros de 36 países, Sergio Moro destaca prioridade brasileira de cooperar globalmente contra crimes

Em evento realizado nesta sexta-feira (12) em Washington, nos Estados Unidos, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, endossou a renovação de mandato do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi/FATF). O órgão internacional, do qual o Brasil é membro, traça parâmetros e normas de prevenção e combate a esses crimes e definiu que será um colegiado permanente.

“Na reunião ministerial, endossei a posição unânime de todos os membros. É importante colocar expressamente a posição do Brasil, que reconhece os trabalhos feitos e apoia a renovação do mandato do Gafi”, afirmou Moro.

A reunião teve presença de ministros dos 36 países que fazem parte do Gafi. Houve consenso diplomático no objetivo de, ao renovar unanimemente o mandato após anos de trabalho contínuo, reconhecer os trabalhos que têm sido feitos pelo órgão e, principalmente, de reafirmar a importância de sua configuração na governança global.

“Como o Gafi é considerado uma força-tarefa, passa a ser essa força-tarefa permanente, com a grande relevância de articular os standards internacionais, uniformizar as legislações e, também, fomentar a cooperação entre países nesta importante temática da lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo”, pontuou o ministro.

O Brasil, que aprovou legislação recente alinhada às premissas do grupo internacional, integrou o evento para reforçar, junto à comunidade internacional, alinhamento ao combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo.

“Foi deixado claro e estabelecido que este é um mandato permanente do Gafi, que é uma preocupação e responsabilidade permanentes das nações. Enquanto esses problemas existirem, temos que lidar com eles de uma forma global e em cooperação”, frisou Moro.

Na mesma viagem oficial, o ministro se encontrou com juiz federal de ligação Peter Messitte, responsável, no Brasil, por casos envolvendo a Convenção de Haia em relação a sequestro de crianças, por um dos pais, para outro país. Trataram de casos envolvendo Brasil e Estados Unidos.

Fonte: MJSP, em 12.04.2019.